

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 002/2018

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO**, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 20 de fevereiro de 2018, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.32895/2015. ASSUNTO: RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADE DE DOUTORAMENTO. INTERESSADA: PROCURADORA DE JUSTIÇA SHEILLA MARIA DA GRAÇA COITINHO DAS NEVES. RELATORA: PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA.

2. APROVAÇÃO DO QUADRO DE ANTIGUIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

3. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

3.1. Inquérito Civil nº 679.9.84197/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;

3.2. Procedimento Ministerial nº 156.9.209349/2017, da Promotoria de Justiça de Macarani;

3.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.243549/2016, Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;

3.4. Inquérito Civil nº 597.0.200843/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.5. Procedimento Ministerial nº 608.9.175270/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.6. Inquérito Civil nº 003.0.238089/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

3.7. Procedimento Ministerial nº 646.0.53256/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

3.8. Inquérito Civil nº 590.0.110809/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.9. Inquérito Civil nº 003.0.210105/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.10. Inquérito Civil nº 933.0.197771/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Luis Eduardo Magalhães;

3.11. Procedimento Ministerial nº 003.0.259791/2012, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;

3.12. Procedimento Ministerial nº 591.0.98765/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.13. Inquérito Civil nº 681.0.207538/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

3.14. Inquérito Civil nº 003.0.166324/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;

3.15. Inquérito Civil nº 592.0.135876/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do



Bonfim;

- 3.16. Inquérito Civil nº 590.0.89393/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.17. Inquérito Civil nº 590.1.13723/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.18. Procedimento Ministerial nº 592.9.209680/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.19. Inquérito Civil nº 590.0.145757/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.20. Procedimento Ministerial nº 592.9.227468/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.21. Inquérito Civil nº 003.0.163901/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.22. Inquérito Civil nº 709.0.240622/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 3.23. Inquérito Civil nº 590.0.102380/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.24. Inquérito Civil nº 590.0.52566/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.25. Inquérito Civil nº 722.0.35815/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Iguai;
- 3.26. Inquérito Civil nº 722.0.162480/20014, da 2ª Promotoria de Justiça de Iguai.
- 3.27. Inquérito Civil nº 712.0.173196/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 3.28. Inquérito Civil nº 597.0.38874/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.29. Inquérito Civil nº 591.0.135328/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.30. Inquérito Civil nº 722.0.162566/2014, da Promotoria de Justiça de Iguai;
- 3.31. Inquérito Civil nº 001.9.220979/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.32. Procedimento Ministerial nº 007.9.108261/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 3.33. Procedimento Ministerial nº 003.0.15432/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 3.34. Inquérito Civil nº 003.9.88006/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.35. Inquérito Civil nº 003.0.33136/2012, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 3.36. Inquérito Civil nº 003.0.180450/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.37. Inquérito Civil nº 708.0.239589/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.38. Inquérito Civil nº 003.0.7596/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 3.39. Procedimento Ministerial nº 003.9.171102/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde- GESAU;
- 3.40. Procedimento Ministerial nº 003.9.149135/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.41. Inquérito Civil nº 702.9.33297/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.42. Procedimento Ministerial nº 699.0.230794/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.43. Inquérito Civil nº 090.0.141437/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.44. Inquérito Civil nº 003.0.254656/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 3.45. Procedimento Ministerial nº 003.1.93963/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

- 3.46. Procedimento Ministerial nº 174.0.129051/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 3.47. Inquérito Civil nº 646.0.179030/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 3.48. Inquérito Civil nº 027.1.33061/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.49. Inquérito Civil nº 003.0.164823/2013, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 3.50. Procedimento Ministerial nº 241.0.154247/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 3.51. Inquérito Civil nº 600.0.189427/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.52. Procedimento Ministerial nº 646.0.239338/2013, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 3.53. Procedimento Ministerial nº 163.9.22094/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 3.54. Inquérito Civil nº 128.0.226656/2016, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;
- 3.55. Inquérito Civil nº 590.0.17799/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 3.56. Inquérito Civil nº 003.0.168591/2009, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 3.57. Inquérito Civil nº 003.0.90887/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.58. Procedimento Ministerial nº 035.0.94566/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.59. Inquérito Civil nº 726.0.116301/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibotirama;
- 3.60. Inquérito Civil nº 087.0.135831/2016, da Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 3.61. Inquérito Civil nº 218.9.208563/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.62. Inquérito Civil nº 708.0.120009/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.63. Inquérito Civil nº 003.9.16039/2017, da Promotoria de Justiça de Ituberá;
- 3.64. Inquérito Civil nº 003.0.140148/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.65. Inquérito Civil nº 210.9.11170/2017, da Promotoria de Justiça de Paramirim;
- 3.66. Inquérito Civil nº 590.0.16197/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.67. Inquérito Civil nº 003.0.10390/2016, da Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.68. Inquérito Civil nº 003.0.233761/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.69. Inquérito Civil nº 003.9.26376/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.70. Inquérito Civil nº 003.0.184722/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.71. Inquérito Civil nº 202.0.14693/2014, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira;
- 3.72. Inquérito Civil nº 003.0.19819/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.73. Inquérito Civil nº 709.0.58540/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 3.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.87429/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 3.75. Procedimento Ministerial nº 593.0.109050/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.76. Inquérito Civil nº 163.9.22264/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 3.77. Procedimento Ministerial nº 521.9.189648/2017, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 3.78. Inquérito Civil nº 593.0.188652/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.79. Procedimento Ministerial nº 003.0.24265/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 3.80. Inquérito Civil nº 597.0.248926/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.81. Procedimento Ministerial nº 003.0.20071/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 3.82. Inquérito Civil nº 003.0.68936/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.83. Inquérito Civil nº 705.0.48915/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 3.84. Inquérito Civil nº 049.9.179320/2017, da Promotoria de Justiça de Riacho de Santana;
- 3.85. Procedimento Ministerial nº 608.9.176949/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.86. Inquérito Civil nº 705.9.218990/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;
- 3.87. Inquérito Civil nº 003.0.59425/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 3.88. Inquérito Civil nº 003.0.171438/2010, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Euclides da Cunha;
- 3.89. Inquérito Civil nº 003.9.16782/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.90. Inquérito Civil nº 600.0.202856/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.91. Procedimento Ministerial nº 007.9.106294/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 3.92. Procedimento Ministerial nº 692.9.34582/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente;
- 3.93. Procedimento Ministerial nº 699.0.240822/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.94. Procedimento Ministerial nº 003.0.219555/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.95. Procedimento Ministerial nº 593.0.46200/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.96. Inquérito Civil nº 692.0.71153/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 3.97. Inquérito Civil nº 707.9.17513/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 3.98. Inquérito Civil nº 003.0.172405/2008, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.99. Procedimento Ministerial nº 707.9.159129/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 3.100. Procedimento Ministerial nº 054.0.179359/2011, da Promotoria de Justiça de

Cândido Sales;

3.101. Inquérito Civil nº 709.0.220911/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

3.102. Inquérito Civil nº 705.0.12796/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;

3.103. Inquérito Civil nº 593.9.108782/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

3.104. Procedimento Ministerial nº 003.0.198684/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.105. Inquérito Civil nº 003.9.79665/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.106. Inquérito Civil nº 596.0.107548/2012, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.107. Inquérito Civil nº 596.0.148598/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

3.108. Inquérito Civil nº 592.0.206422/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

3.109. Procedimento Ministerial nº 003.0.40324/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

3.110. Inquérito Civil nº 590.0.136486/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.111. Inquérito Civil nº 597.0.147534/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

3.112. Procedimento Ministerial nº 704.0.216643/2016, da Promotoria de Justiça de Macaúbas;

3.113. Inquérito Civil nº 593.0.89309/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

3.114. Inquérito Civil nº 681.0.244918/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

3.115. Inquérito Civil nº 003.0.30797/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.116. Inquérito Civil nº 699.0.88635/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;

3.117. Inquérito Civil nº 712.0.111561/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;

3.118. Inquérito Civil nº 644.0.86952/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com em Vitória da Conquista;

3.119. Procedimento Ministerial nº 933.0.107273/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

3.120. Procedimento Ministerial nº 590.0.244275/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.121. Inquérito Civil nº 003.1.8599/2006, da Promotoria de Justiça de Lage;

3.122. Inquérito Civil nº 001.9.184186/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.123. Inquérito Civil nº 001.9.185557/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.124. Inquérito Civil nº 590.0.166032/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.125. Procedimento Ministerial nº 035.0.12618/2016, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;

3.126. Procedimento Ministerial nº 007.0.24335/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

3.127. Inquérito Civil nº 003.1.92402/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

- 3.128. Inquérito Civil nº 003.0.172209/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 3.129. Procedimento Ministerial nº 003.0.129910/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 3.130. Inquérito Civil nº 035.9.141549/2017, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.131. Inquérito Civil nº 146.0.146780/2009, da Promotoria de Justiça de Lage;
- 3.132. Procedimento Ministerial nº 699.9.169411/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.133. Inquérito Civil nº 674.1.98069/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.134. Inquérito Civil nº 003.0.240048/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.135. Inquérito Civil nº 190.0.205236/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 3.136. Inquérito Civil nº 003.0.166484/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Lauro de Freitas;
- 3.137. Inquérito Civil nº 592.9.205508/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.138. Inquérito Civil nº 003.0.458/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga;
- 3.139. Procedimento Ministerial nº 003.1.93965/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 3.140. Procedimento Ministerial nº 003.9.235730/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.141. Procedimento Ministerial nº 003.9.222929/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.142. Procedimento Ministerial nº 003.9.157229/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.143. Procedimento Ministerial nº 083.0.54863/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 3.144. Inquérito Civil nº 003.9.76960/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 3.145. Inquérito Civil nº 590.1.76094/2006, da Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.146. Inquérito Civil nº 699.1.49706/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.147. Procedimento Ministerial nº 003.0.261285/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 3.148. Inquérito Civil nº 003.0.39039/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 3.149. Procedimento Ministerial nº 069.9.101915/2017, da Promotoria de Justiça de Catu;
- 3.150. Recurso Administrativo nº 003.9.186180/2017, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.151. Inquérito Civil nº 597.0.210324/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Valença;
- 3.152. Inquérito Civil nº 042.0.125667/2015, da Promotoria de Justiça de Camamu;
- 3.153. Procedimento Administrativo nº 003.0.239183/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 3.154. Inquérito Civil nº 003.9.112674/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;



- 3.155. Inquérito Civil nº 001.9.215579/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.156. Procedimento Ministerial nº 699.0.230906/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.157. Procedimento Ministerial nº 015.0.101111/2012, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 3.158. Inquérito Civil nº 597.0.162155/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.159. Inquérito Civil nº 712.0.4838/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 3.160. Inquérito Civil nº 681.0.244870/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.161. Inquérito Civil nº 590.0.250769/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.162. Inquérito Civil nº 600.0.200786/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.163. Inquérito Civil nº 696.0.180787/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.164. Procedimento Ministerial nº 007.9.9461/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 3.165. Procedimento Ministerial nº 003.9.48318/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.166. Inquérito Civil nº 003.9.88397/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.167. Inquérito Civil nº 003.9.88372/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.168. Procedimento Ministerial nº 003.0.9149/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.169. Procedimento Ministerial nº 608.9.185813/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.170. Procedimento Ministerial nº 608.9.186366/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.171. Procedimento Ministerial nº 608.9.186382/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.172. Procedimento Ministerial nº 608.9.185799/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.173. Procedimento Ministerial nº 608.9.186358/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.174. Procedimento Ministerial nº 608.9.185987/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.175. Procedimento Ministerial nº 608.9.186375/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.176. Procedimento Ministerial nº 608.9.185888/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.177. Procedimento Ministerial nº 608.9.185730/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.178. Procedimento Ministerial nº 608.9.185968/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.179. Procedimento Ministerial nº 608.9.186022/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.180. Procedimento Ministerial nº 608.9.186290/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.181. Procedimento Ministerial nº 608.9.186236/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.182. Procedimento Ministerial nº 608.9.185743/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

de Jequié;

3.183. Procedimento Ministerial nº 608.9.186081/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.184. Procedimento Ministerial nº 608.9.186160/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.185. Procedimento Ministerial nº 608.9.185710/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.186. Procedimento Ministerial nº 608.9.186356/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.187. Procedimento Ministerial nº 608.9.186265/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.188. Procedimento Ministerial nº 608.9.186067/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.189. Procedimento Ministerial nº 608.9.186104/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.190. Procedimento Ministerial nº 608.9.185840/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.191. Procedimento Ministerial nº 608.9.185861/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.192. Procedimento Ministerial nº 608.9.186132/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.193. Procedimento Ministerial nº 608.9.186031/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.194. Procedimento Ministerial nº 608.9.186311/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.195. Procedimento Ministerial nº 608.9.186250/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.196. Procedimento Ministerial nº 608.9.186195/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.197. Procedimento Ministerial nº 608.9.185912/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.198. Procedimento Ministerial nº 608.9.186119/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.199. Procedimento Ministerial nº 608.9.186330/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.200. Procedimento Ministerial nº 608.9.186351/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.201. Procedimento Ministerial nº 608.9.186343/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.202. Procedimento Ministerial nº 608.9.186013/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.203. Procedimento Ministerial nº 608.9.185779/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.204. Procedimento Ministerial nº 608.9.186299/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.205. Procedimento Ministerial nº 608.9.186362/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.206. Procedimento Ministerial nº 608.9.186145/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.207. Procedimento Ministerial nº 608.9.185678/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.208. Procedimento Ministerial nº 608.9.185872/2017, da 4ª Promotoria de Justiça

de Jequié;

3.209. Procedimento Ministerial nº 608.9.186347/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.210. Procedimento Ministerial nº 608.9.186051/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.211. Procedimento Ministerial nº 608.9.186272/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.212. Procedimento Ministerial nº 608.9.186094/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.213. Procedimento Ministerial nº 608.9.185761/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.214. Procedimento Ministerial nº 608.9.185827/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.215. Procedimento Ministerial nº 608.9.186369/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.216. Procedimento Ministerial nº 608.9.185944/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.217. Procedimento Ministerial nº 608.9.186302/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.218. Procedimento Ministerial nº 608.9.185931/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.219. Procedimento Ministerial nº 608.9.186258/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.220. Procedimento Ministerial nº 608.9.186215/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.221. Procedimento Ministerial nº 330.9.112719/2017, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;

3.222. Inquérito Civil nº 001.9.215182/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.223. Inquérito Civil nº 720.9.15447/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

3.224. Inquérito Civil nº 003.0.152858/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Teixeira de Freitas;

3.225. Procedimento Ministerial nº 075.9.56216/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó

3.226. Procedimento Ministerial nº 003.0.245230/2015, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

3.227. Inquérito Civil nº 709.0.216719/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

3.228. Procedimento Ministerial nº 003.1.93966/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Direito dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDÉF;

3.229. Procedimento Ministerial nº 003.0.133911/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.230. Inquérito Civil nº 003.0.262163/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.231. Inquérito Civil nº 680.0.208123/2016, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

3.232. Procedimento Ministerial nº 003.0.11067/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDÉF;

3.233. Procedimento Ministerial nº 075.9.59837/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

3.234. Inquérito Civil nº 066.0.59923/2013, da Promotoria de Justiça de Casa Nova.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PÍNHEIRO DE SOUZA:

- 3.235. Procedimento Ministerial nº 590.0.151032/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.236. Inquérito Civil nº 712.0.135369/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 3.237. Procedimento Ministerial nº 003.0.260193/2016, da 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 3.238. Procedimento Ministerial nº 692.1.2604/2005, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
- 3.239. Inquérito Civil nº 596.0.133008/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.240. Inquérito Civil nº 933.0.140512/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Luis Eduardo Magalhães;
- 3.241. Procedimento Ministerial nº 593.0.183134/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.242. Inquérito Civil nº 003.0.34148/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.243. Inquérito Civil nº 644.0.65394/2013, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 3.244. Inquérito Civil nº 003.0.152949/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.245. Inquérito Civil nº 705.0.33088/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 3.246. Procedimento Ministerial nº 692.0.6802/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 3.247. Inquérito Civil nº 003.0.103471/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.248. Procedimento Ministerial nº 593.0.47522/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.249. Inquérito Civil nº 708.0.207163/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.250. Inquérito Civil nº 331.0.225894/2013, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 3.251. Inquérito Civil nº 699.0.120974/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;
- 3.252. Inquérito Civil nº 001.9.167226/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.253. Inquérito Civil nº 003.9.182602/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.254. Inquérito Civil nº 001.9.238357/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 3.255. Procedimento Ministerial nº 003.9.62689/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.256. Procedimento Ministerial nº 003.0.215071/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.257. Procedimento Ministerial nº 003.1.44656/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.258. Inquérito Civil nº 702.9.16822/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.259. Inquérito Civil nº 699.0.245954/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;
- 3.260. Procedimento Ministerial nº 003.9.156953/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.261. Inquérito Civil nº 691.0.214669/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 3.262. Inquérito Civil nº 708.0.39293/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira

de Freitas;

3.263. Inquérito Civil nº 708.0.165361/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

3.264. Inquérito Civil nº 003.0.169516/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

3.265. Inquérito Civil nº 590.0.246321/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.266. Inquérito Civil nº 001.9.252438/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

3.267. Procedimento Ministerial nº 726.0.164130/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibotirama;

3.268. Procedimento Ministerial nº 003.0.246789/2015, da Promotoria de Justiça de Piatã;

3.269. Inquérito Civil nº 003.0.140886/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

3.270. Inquérito Civil nº 003.0.128284/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.271. Inquérito Civil nº 646.0.206731/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

3.272. Procedimento Ministerial nº 003.9.157765/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

3.273. Procedimento Ministerial nº 035.0.34564/2012, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;

3.274. Inquérito Civil nº 592.0.56685/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

3.275. Inquérito Civil nº 001.9.184274/2017 da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.276. Inquérito Civil nº 001.9.180989/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.277. Inquérito Civil nº 001.9.249351/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.278. Inquérito Civil nº 597.9.30619/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.279. Procedimento Ministerial nº 696.9.88778/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

3.280. Inquérito Civil nº 054.0.206738/2011, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;

3.281. Procedimento Ministerial nº 682.0.91113/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Caetité;

3.282. Inquérito Civil nº 057.9.162705/2017, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

3.283. Procedimento Ministerial nº 590.0.243999/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.284. Inquérito Civil nº 600.0.157425/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

3.285. Inquérito Civil nº 699.0.11178/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

3.286. Inquérito Civil nº 590.0.119327/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.287. Inquérito Civil nº 699.0.135391/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;

3.288. Inquérito Civil nº 590.0.102671/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.289. Inquérito Civil nº 003.0.6283/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

3.290. Inquérito Civil nº 003.9.20622/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa

da Saúde – GESAU;

3.291. Procedimento Ministerial nº 242.9.181708/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;

3.292. Inquérito Civil nº 003.0.114110/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.293. Inquérito Civil nº 003.9.187080/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.294. Procedimento Ministerial nº 608.9.260614/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.295. Procedimento Ministerial nº 007.9.147778/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

3.296. Procedimento Ministerial nº 007.0.239282/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

3.297. Inquérito Civil nº 001.9.228278/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

3.298. Inquérito Civil nº 167.0.154073/2014, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

3.299. 003.0.206806/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

3.300. Inquérito Civil nº 705.9.206185/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;

3.301. Procedimento Ministerial nº 608.9.142090/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.302. Inquérito Civil nº 114.0.195558/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

3.303. Inquérito Civil nº 597.0.255705/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.304. Inquérito Civil nº 003.0.189674/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.305. Inquérito Civil nº 592.0.144814/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

3.306. Inquérito Civil nº 075.9.40177/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

3.307. Inquérito Civil nº 590.0.222567/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.308. Inquérito Civil nº 003.0.166354/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

3.309. Inquérito Civil nº 075.9.60286/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

3.310. Inquérito Civil nº 708.9.85784/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

3.311. Inquérito Civil nº 075.9.40206/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

3.312. Inquérito Civil nº 075.9.41735/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

3.313. Inquérito Civil nº 708.9.267418/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

3.314. Inquérito Civil nº 003.0.249055/2014, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;

3.315. Procedimento Ministerial nº 054.0.179508/2011, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;

3.316. Inquérito Civil nº 708.0.210039/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

3.317. Procedimento Ministerial nº 679.9.176531/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 3.318. Inquérito Civil nº 644.9.35920/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.319. Procedimento Ministerial nº 003.0.90402/2011, da Promotoria de Justiça de Itajuípe;
- 3.320. Procedimento Ministerial nº 146.0.64885/2012, da Promotoria de Justiça de Laje;
- 3.321. Inquérito Civil nº 003.0.248608/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 3.322. Inquérito Civil nº 644.9.34977/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.323. Procedimento Ministerial nº 696.0.104884/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.324. Inquérito Civil nº 596.0.203672/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.325. Procedimento Ministerial nº 600.9.134278/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 3.326. Procedimento Ministerial nº 705.0.29719/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 3.327. Inquérito Civil nº 003.0.192914/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Jacobina;
- 3.328. Procedimento Ministerial nº 003.0.208148/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa;
- 3.329. Procedimento Ministerial nº 003.0.79645/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 3.330. Inquérito Civil nº 699.0.24970/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;
- 3.331. Inquérito Civil nº 644.0.255061/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.332. Inquérito Civil nº 699.0.85156/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.333. Inquérito Civil nº 003.0.40245/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.334. Inquérito Civil nº 646.0.212648/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 3.335. Inquérito Civil nº 709.0.201761/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 3.336. Procedimento Ministerial nº 054.0.93524/2012, da Promotoria de Justiça de Cândido Sales;
- 3.337. Inquérito Civil nº 003.0.163721/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.338. Inquérito Civil nº 323.0.47632/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 3.339. Inquérito Civil nº 709.0.100198/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 3.340. Inquérito Civil nº 705.0.12860/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;
- 3.341. Inquérito Civil nº 015.1.120016/2006, da Promotoria de Justiça de Araci;
- 3.342. Inquérito Civil nº 596.0.99265/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.343. Inquérito Civil nº 598.0.117460/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.344. Inquérito Civil nº 596.0.82499/2013, da 17ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.345. Procedimento Ministerial nº 003.0.145222/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

- 3.346. Inquérito Civil nº 003.0.139962/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 3.347. Inquérito Civil nº 592.0.185407/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.348. Procedimento Ministerial nº 035.0.128494/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.349. Procedimento Ministerial nº 003.0.71831/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 3.350. Inquérito Civil nº 003.0.76035/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.351. Inquérito Civil nº 003.0.241296/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.352. Procedimento Ministerial nº 608.0.148327/2012, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 3.353. Inquérito Civil nº 600.0.182397/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio;
- 3.354. Procedimento Ministerial nº 003.9.89334/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.355. Inquérito Civil nº 591.9.152179/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.356. Procedimento Ministerial nº 702.0.142722/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 3.357. Procedimento Ministerial nº 003.0.97262/2009, da Promotoria de Justiça de Piatã;
- 3.358. Recurso Administrativo nº 003.0.91578/2016, apenso Inquérito Civil nº 708.0.4938/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.359. Inquérito Civil nº 352.1.61327/2006, da Promotoria de Justiça de Valente;
- 3.360. Procedimento Ministerial nº 007.9.82141/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 3.361. Inquérito Civil nº 003.0.42721/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.362. Procedimento Ministerial nº 696.9.9701/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.363. Inquérito Civil nº 600.0.18645/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 3.364. Inquérito Civil nº 015.0.51707/2008, da Promotoria de Araci;
- 3.365. Procedimento Ministerial nº 591.9.150403/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.366. Inquérito Civil nº 644.0.43131/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.367. Procedimento Ministerial nº 003.0.191323/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.368. Procedimento Ministerial nº 003.0.9161/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

4. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, em 06 de fevereiro de 2018.

SARA MANDRA MORAES RUSCIOLELLI SOUZA
Procuradora-Geral de Justiça em Exercício
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público
em Exercício